



Saiba Mais

Remanejamento de Pessoas

Você sabia que uma das formas mais antigas de remanejar pessoas é edificando reassentamentos apropriados e que esta prática tem mais de dois mil anos? Você sabia que o remanejamento é realizado em todos os países do mundo e que no Brasil apenas é possível com autorização e sob a fiscalização dos órgãos públicos?

Estas e muitas outras informações constam desta publicação *Saiba Mais*, dedicada exclusivamente ao remanejamento de pessoas, especificamente por meio da criação de reassentamentos. Por exemplo: os motivos que determinam a transferência das comunidades; os cuidados tomados para reduzir o impacto da mudança; as diferentes reações das pessoas, entre outros. No caso da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, mostramos porque as comunidades foram afetadas pelas obras, quantos núcleos habitacionais foram construídos, a infraestrutura e os serviços de que são dotados.

Afinal, por acarretar mudanças importantes na vida das pessoas, remanejamento é um tema que merece ser conhecido e entendido!

Foi com esta intenção que dedicamos a ele este terceiro título da coleção *Saiba Mais*. Com esta iniciativa, reforçamos, também, o nosso compromisso de interagir e contribuir para o desenvolvimento econômico e social do município de Porto Velho, do qual já nos consideramos integrantes.



Índice

Parte I - Remanejamentos no Brasil	7
1. O que são reassentamentos?	8
2. Em que situações eles são realizados?	9
3. Os reassentamentos ocorrem só no Brasil?	10
4. Existe uma lei para o remanejamento de comunidades?	11
5. Quem decide essa transferência?	12
6. As famílias podem optar por permanecer em seus locais de origem?	13
7. Não é possível mudar o local da obra em vez de transferir as famílias?	14
8. O que é feito para reduzir o impacto das transferências?	15
9. É possível reduzir o impacto da transferência para as pessoas?	16
10. Todas as usinas hidrelétricas exigem transferência de comunidades?	17
Parte II - Os Remanejamentos e a Usina Hidrelétrica Santo Antônio	19
11. Como as comunidades foram afetadas pela Usina Hidrelétrica Santo Antônio?	20
12. Por que a construção exigiu a transferência de comunidades?	21
13. Quantos núcleos habitacionais foram construídos?	22
14. Qual a diferença entre os núcleos rurais e urbano?	23
15. O que foi feito para reduzir o impacto desse remanejamento?	24
16. Quanto foi investido nessa transferência?	25
17. Como as pessoas reagiram à mudança?	26
18. Quais os critérios usados para definir as comunidades que seriam deslocadas?	27
19. Existia alguma alternativa a esta transferência?	28
20. Toda a transferência já foi concluída ou vão existir outras?	29
21. Como foi feita a escolha dos novos locais?	30
22. Quem fiscaliza a qualidade desses núcleos habitacionais?	31
23. De onde veio o nome das comunidades?	32
24. Como é Novo Engenho Velho?	33

25. Como é Riacho Azul?	34
26. Como é São Domingos?	35
27. Como é Santa Rita?	36
28. Como é Morrinhos?	37
29. Como é Vila Nova de Teotônio?	38
30. Como é Parque dos Buritis?	39

Parte I - REMANEJAMENTOS NO BRASIL



1. O que são reassentamentos?

Reassentamentos ou núcleos habitacionais são locais preparados para receber famílias ou comunidades que, por motivos externos a sua vontade, tiveram que ser transferidas das residências originais. Essa transferência pode ocorrer dentro do próprio município, para outros municípios, estados e, mesmo, países. Ela é realizada apenas com autorização e sob a fiscalização dos órgãos públicos, sendo que, em nível internacional, existe uma política específica do Banco Mundial.

2. Em que situações eles são realizados?

Na maior parte das vezes, são provocados por fatores de caráter ambiental (como as catástrofes naturais), político-social (por exemplo, grupos de refugiados de um país para o outro) ou econômico, quando a construção de obras de interesse público ou social afeta as pessoas que moram nas proximidades. É o caso da construção de rodovias, ferrovias e usinas hidrelétricas, entre outras. Aqui, além de moradias, os responsáveis pelas obras devem implantar um programa específico de Compensação Socioeconômica e acompanhar a adaptação das pessoas à nova comunidade.

3. Os reassentamentos ocorrem só no Brasil?

A prática do reassentamento é muito antiga e observada em praticamente todos os países. Há informações, por exemplo, de que ocorreu durante o Império Romano, cerca de 2 mil anos atrás. Mais recentemente, ao final da II Guerra Mundial, vários grupos de refugiados naturais da Europa Oriental foram reassentados no Brasil. Já no sec. XXI, a construção da hidrelétrica Três Gargantas, a maior do mundo, na China, exigiu o deslocamento de 1,4 milhão de pessoas.

4. Existe uma lei para o remanejamento de comunidades?

Cada país tem a sua legislação específica. No Brasil, os critérios utilizados dependem do motivo da transferência e do perfil do grupo afetado. Assim, no caso de usinas hidrelétricas ou de sistemas de transmissão, são adotados os critérios do setor elétrico brasileiro. Há, ainda, modelos adotados pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e por institutos estaduais da terra. Todos, no entanto, seguem as diretrizes recomendadas pelo Banco Mundial. Além disso, de uma maneira geral, esses modelos determinam que as novas comunidades apresentem condições de moradia, infraestrutura e serviços semelhantes ou melhores que as anteriores. Essa estrutura deve ser complementada por uma rede de apoio que garanta a adaptação social e econômica das pessoas transferidas.

5. Quem decide essa transferência?

Nos casos de catástrofes naturais ou expatriação de grupos, os governos municipal, estadual ou nacional, de uma maneira geral. No entanto, quando a construção de obras de infraestrutura (ou seja, de interesse público ou social) afeta pessoas que moram em sua proximidade, os remanejamentos são propostos pela empresa responsável pelo empreendimento. Em conjunto com a comunidade a ser transferida, esta empresa também define as características do novo núcleo habitacional.

Junto com os programas de Compensação e Mitigação Socioambiental, esses núcleos fazem parte do Plano Básico Ambiental (PBA). Para que o empreendedor obtenha as licenças necessárias ao início da construção, este PBA deve ser aprovado pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) ou pelo órgão ambiental em nível estadual ou municipal, dependendo da amplitude do impacto provocado. A implantação dos núcleos e a adaptação das pessoas às novas comunidades também é de responsabilidade da empresa empreendedora, que presta contas aos órgãos ambientais, auditores independentes e Ministérios Públicos Estadual e Federal.

6. As famílias podem optar por permanecer em seus locais de origem?



Apenas em algumas situações muito específicas. É o caso, por exemplo, de imóveis inundados apenas parcialmente pelo reservatório de uma hidrelétrica: o proprietário pode optar por receber uma indenização parcial e permanecer na parte não-afetada.

Estes casos, porém, são exceções. No geral, se o empreendimento apresenta impacto sobre a comunidade, é necessário a transferência das pessoas, inclusive pela sua segurança e bem-estar.

7. Não é possível mudar o local da obra em vez de transferir as famílias?

Não. Cada obra só deve ser implantada nas regiões que apresentem as características necessárias a sua operação eficiente, com o mínimo impacto socioambiental possível. Uma usina hidrelétrica, por exemplo, só pode ser construída em um rio que apresente queda d'água ou vazão suficientes para girar as turbinas que produzem a energia. É por isso que, antes de se iniciar qualquer empreendimento de infraestrutura, devem ser realizados estudos intensivos de engenharia que integrem as características técnicas à utilização responsável dos recursos naturais, preservação do meio ambiente e benefícios socioeconômicos para a região.

O desconforto temporário da população transferida é compensado pelas novas condições das habitações (no geral, melhores que as anteriores) e pelo impacto positivo proporcionado pela obra na região – e que, direta ou indiretamente, também beneficiará esta comunidade sob a forma de aumento da oferta de emprego, ampliação e diversificação das atividades econômicas.

8. O que é feito para reduzir o impacto das transferências?

O trabalho para redução deste impacto começa antes da aprovação dos programas pelos órgãos ambientais, termina anos após as pessoas estarem instaladas nas novas moradias e é integralmente determinado pela legislação brasileira. Primeiro, são realizadas inúmeras reuniões para que as pessoas entendam a razão de terem que sair dos locais que habitam – nesta etapa são definidas as características das novas comunidades, como localização, infraestrutura e serviços que devem conter. Um segundo passo é a produção de um documento chamado Ata Notarial, onde são relacionadas as pessoas e as benfeitorias existentes nas propriedades que serão desocupadas. A seguir, vem a avaliação do imóvel, acompanhada pela respectiva proposta de transferência a seu proprietário ou ocupante. Finalmente, toda a mudança é acompanhada pelos serviços de agentes sociais. O empreendedor também auxilia as famílias transferidas na recomposição de suas atividades econômicas e produtivas.

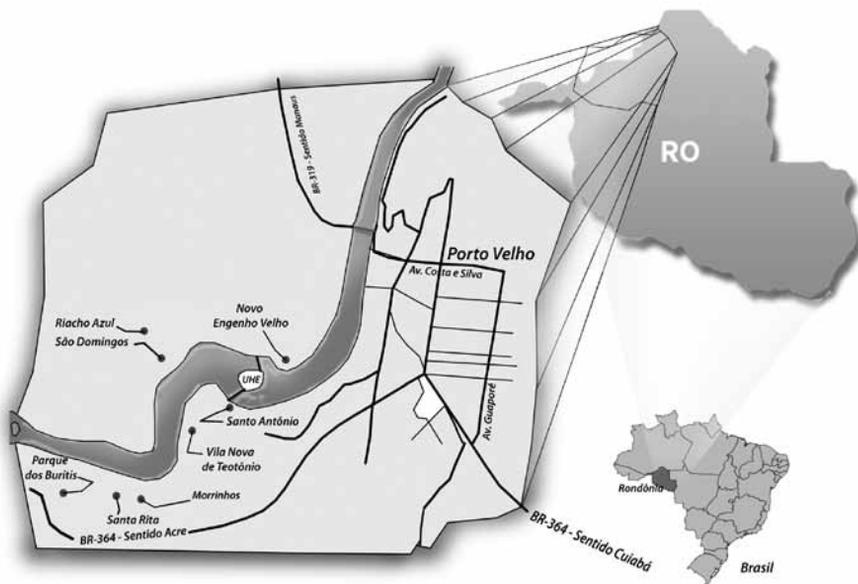
9. É possível reduzir o impacto da transferência para as pessoas?

De uma maneira geral e do ponto de vista prático, sim, uma vez que as condições das moradias e as condições de infraestrutura e serviços dos novos núcleos acarretam a melhoria da qualidade de vida e permitem a retomada das atividades econômicas e produtivas. No entanto, existe o fator emocional. Muitas vezes, principalmente para os moradores mais antigos, é muito difícil o afastamento dos locais em que viveram durante muitos anos, ou mesmo nasceram. As agentes sociais também atuam nestes casos, auxiliando a pessoa a superar a nostalgia e a adaptar-se ao novo ambiente, por meio de programas de ação elaborados para cada uma das comunidades, de acordo com suas características, e desenvolvidos por equipes multidisciplinares.

10. Todas as usinas hidrelétricas exigem transferência de comunidades?

No geral, sim. Mas principalmente aquelas que são construídas nas proximidades de aglomerados humanos, sejam eles ribeirinhos ou moradores de áreas urbanas. Deste ponto de vista, o que diferencia uma hidrelétrica de outra é a forma como os novos núcleos são planejados, estruturados e implantados.

Parte II - OS REMANEJAMENTOS E A USINA HIDRELÉTRICA SANTO ANTÔNIO



11. Como as comunidades foram afetadas pela Usina Hidrelétrica Santo Antônio?

De duas maneiras: pela instalação do canteiro de obras e alojamentos necessários à construção e pela formação do reservatório. O canteiro e os alojamentos foram erguidos às margens do rio Madeira, na proximidade da Cachoeira de Santo Antônio, cuja forte vazão é aproveitada para movimentar as turbinas que produzem a energia. O reservatório ocupa uma área de aproximadamente 350 km², pouco superior àquela alagada nos períodos de cheia do rio Madeira e da qual aproximadamente 142 km² correspondem à calha natural do rio.

12. Por que a construção exigiu a transferência de comunidades?

A Usina Hidrelétrica Santo Antônio é estratégica para o desenvolvimento sustentado da cidade de Porto Velho e para o crescimento econômico do país. Os estudos sobre o rio Madeira, realizados durante cinco anos (2001 a 2005), demonstraram que a alternativa que conciliava maior eficiência operacional com menor impacto socioambiental era a sua construção na Cachoeira de Santo Antônio, com turbinas movidas pela vazão (não pela altura da queda d'água) do reservatório de aproximadamente 350 km². Na região viviam cerca de 2 mil pessoas, que seriam afetadas pela construção do canteiro de obras ou pelo enchimento do reservatório.

13. Quantos núcleos habitacionais foram construídos?

No total, sete, totalizando 540 famílias. Na margem esquerda do rio Madeira foram implantados Novo Engenho Velho, Riacho Azul e São Domingos. Na margem direita ficaram Vila Nova de Teotônio, Santa Rita, Morrinhos e o núcleo urbano Parque dos Buritis, no distrito de Jacy-Paraná.

14. Qual a diferença entre os núcleos rurais e urbano?

A principal diferença entre eles está no perfil dos habitantes, o que determinou a adoção de diferentes formas de estímulo à retomada das atividades sociais, econômicas e produtivas. A população do núcleo urbano de Jacy-Paraná é composta basicamente por comerciantes, funcionários públicos, pescadores, madeireiros e garimpeiros. Assim, o novo núcleo foi estruturado na área urbana do distrito, com infraestrutura de um condomínio residencial, como é detalhado na pergunta 30.

Já a população dos núcleos rurais, é formada por ribeirinhos que viviam da pesca e da agricultura familiar. Por meio de convênio com a Emater-RO (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), a Santo Antônio Energia garante assessoria técnica, social e ambiental para as famílias – ATES. Além desse apoio técnico, que inclui desde orientações individuais até capacitações coletivas, as associações representativas dessas comunidades receberam patrulhas agrícolas e todas as famílias receberam sementes, calcário e adubo.

A produção agrícola nesses núcleos é diversificada e reproduz a dinâmica da agricultura familiar da região: abacaxi, laranja, melancia, hortaliças, pimentas, milho, mandioca, macaxeira, ovos, galinhas caipira, porcos, gado e farinha de mandioca, entre outros.

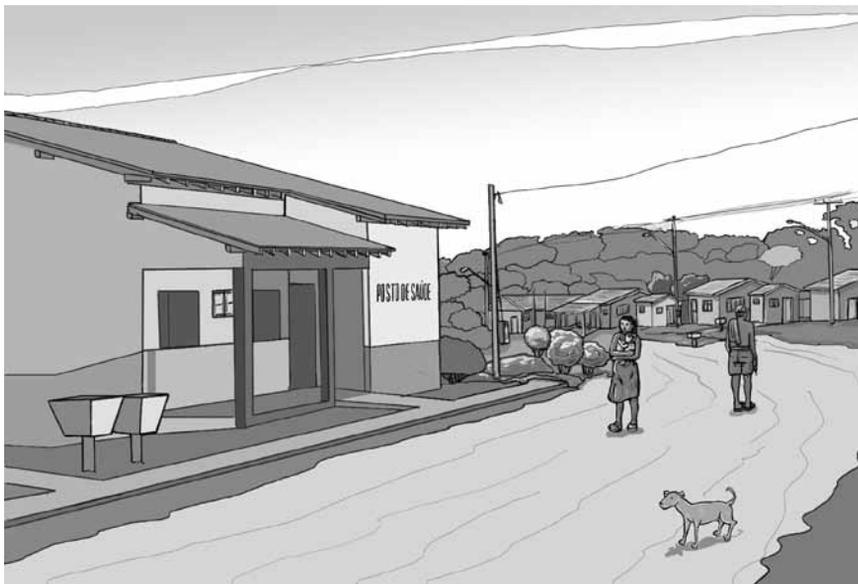
15. O que foi feito para reduzir o impacto desse remanejamento?

Santo Antônio Energia tomou todas as providências necessárias para reduzir ao mínimo o impacto do remanejamento. Na primeira etapa, promoveu um amplo processo de interação com essa população para explicar os motivos da mudança e definir os novos núcleos habitacionais, como localização, características e benfeitorias.

Além disso, dotou todos os núcleos de instalações iguais ou melhores às anteriores: infraestrutura (saneamento básico e acessos à rede elétrica) e postos de serviços (postos de saúde, escola, centro comunitário, playground e igrejas, entre outros). As casas são de alvenaria, com área que varia de 50 m² a 100 m², de acordo com a composição familiar.

As famílias remanejadas para Jacy-Paraná receberam lotes urbanos com área de até 450 m² ; as remanejadas para Vila Nova de Teotônio receberam lotes de 2.000 m² e as famílias com origem na área rural, lotes rurais com área para exploração em até 10 hectares. Finalmente, equipes multidisciplinares acompanharam e continuam acompanhando o processo de adaptação das pessoas às novas moradias e de reorganização de suas atividades econômicas, produtivas e comunitárias.

16. Quanto foi investido nessa transferência?



A Santo Antônio Energia investiu R\$ 620 milhões em indenizações e na construção dos novos núcleos, cujas instalações estão descritas na pergunta anterior. Este valor representa quase 40% do investimento total de R\$ 1,7 bilhão (volume superior ao exigido por lei) nos programas de compensação e mitigação socioambiental constantes do Plano Básico Ambiental (PBA).

17. Como as pessoas reagiram à mudança?



As reações foram diferentes e coerentes com as perspectivas de vida e com o apego às antigas habitações. Assim, nos moradores mais antigos, o sentimento mais visível foi de nostalgia. Já os mais novos, ainda em idade ativa ou com filhos pequenos, se animaram com a perspectiva de melhoria das condições econômicas e da qualidade de vida, possíveis através da capitalização das famílias, da assessoria técnica e do acesso facilitado aos programas e políticas públicas, proporcionado pelas equipes de profissionais que atuam nas comunidades. Alguns já constituíram seus grupos de produção agrícola, de criação de pequenos animais, de piscicultura, de transformação e de serviços. Este salto qualitativo foi proporcionado pelas condições dos novos núcleos, bem superiores às dos anteriores, conforme descrito na pergunta 15.

18. Quais os critérios usados para definir as comunidades que seriam deslocadas?

Foi o nível de segurança, a manutenção da atividade econômica e a qualidade de vida dessa população, definidas a partir de estudos que cruzaram informações sobre a área do reservatório, a área do remanso e a Área de Preservação Permanente (APP) a ser formada e cuja extensão varia de 30 a 500 metros da margem do rio Madeira, dependendo da região.

19. Existia alguma alternativa a esta transferência?

A realocação foi a opção mais indicada por orientação do Ibama. O pagamento de indenizações foi realizado para outros casos. Tanto em um quanto em outro, porém, foi exigida a apresentação de algum comprovante da posse ou domínio do imóvel por parte do morador.

20. Toda a transferência já foi concluída ou vão existir outras?



Todas as transferências foram realizadas entre 2008 e 2012. Assim, quando a Usina Hidrelétrica Santo Antônio iniciou operação, em março de 2012, este processo já estava concluído. No entanto, a Santo Antônio Energia continuará a acompanhar a adaptação das famílias ao longo dos próximos anos. Além disso, mantém uma postura proativa no sentido de estimular o crescimento pessoal de seus habitantes, por meio de projetos sociais como a oficina Geração Criativa e outras iniciativas nas áreas de cultura, saúde, educação e práticas esportivas.

21. Como foi feita a escolha dos novos locais?

Com a participação das comunidades, durante o processo de interação desenvolvido em 2006 e 2007. Os moradores participaram da indicação dos locais para a construção dos reassentamentos, que seguiram critérios técnicos, como localização, acesso às principais estradas e proximidade de centros de serviços.

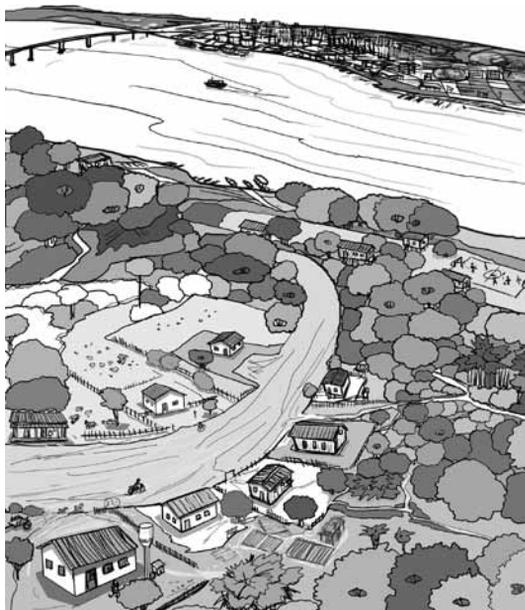
22. Quem fiscaliza a qualidade desses núcleos habitacionais?

A primeira verificação de qualidade foi realizada pelo órgão licenciador, que é o Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente), por meio da avaliação do Plano Básico Ambiental (PBA), que contém todos os programas propostos para compensação e mitigação socioambientais. Além disso, com base em visitas mensais para acompanhamento das famílias, a Santo Antônio Energia produz relatórios semestrais com parâmetros e indicadores específicos sobre produção, saúde, habitação, organização social e renda. Esses relatórios são encaminhados ao Ibama.

23. De onde veio o nome das comunidades?

Da escolha da população, como é o caso de Novo Engenho Velho, Vila Nova de Teotônio, São Domingos e Parque dos Buritis. O nome Riacho Azul vem de um rio local, também chamado Riacho Azul. Quanto a Santa Rita, anteriormente era chamada Fazenda do Carvão. Recebeu a nova denominação em função da capela de Santa Rita, existente no local.

24. Como é Novo Engenho Velho?



O reassentamento Novo Engenho Velho está localizado na margem esquerda do rio Madeira, em frente à cidade de Porto Velho. Possui 42 lotes que abrigam as 40 famílias que anteriormente residiam no local onde hoje estão a barragem e o lago. As casas são de alvenaria, com água tratada, rede de esgoto e quintal para produção de alimentos, frutas e criações com área de 2 mil m². Além disso, há 22 lotes de produção individuais e 01 comunitário. A comunidade é dotada de igrejas, posto de saúde, centro comunitário, área de lazer e escola, entre outros.

25. Como é Riacho Azul?

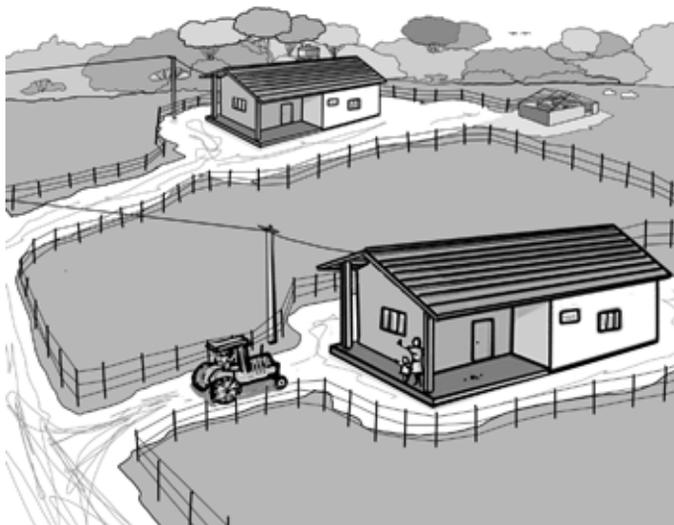
É um reassentamento rural com 42 lotes, também localizado na margem esquerda do rio Madeira. Está à distância de 20 km de Porto Velho. Possui lotes individuais destinados à produção agrícola e a criações animais. Se destaca pela cultura de mandioca para a produção de farinha, considerada uma das melhores da região.

26. Como é São Domingos?



Também na margem esquerda do rio Madeira, a 22 km do centro de Porto Velho, tem 36 lotes. As famílias dedicam-se a atividades rurais. Além da infraestrutura básica comum a todos os núcleos, possui lotes individuais para cada família cuidar de sua própria produção agrícola.

27. Como é Santa Rita?



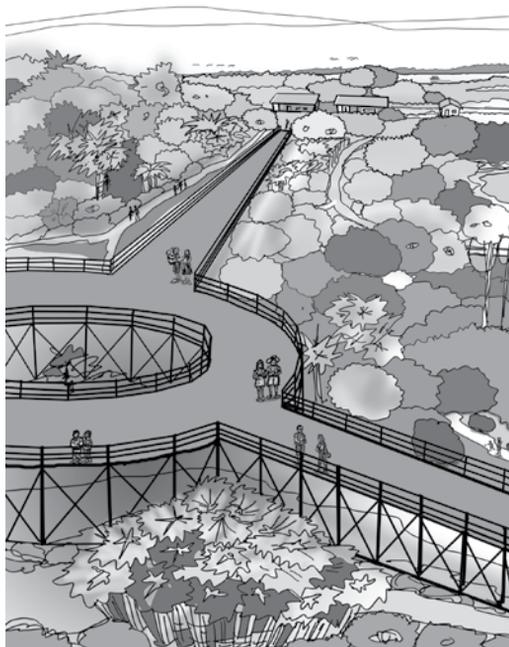
Implantado em uma antiga fazenda, recebeu agricultores que moravam no Projeto de Assentamento (P.A.) Joana D'Arc, do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), localizado à margem esquerda do rio Madeira, e parcialmente afetado pela Usina Hidrelétrica Santo Antônio. Distante 54 quilômetros de Porto Velho, o núcleo fica próximo à rodovia BR-364, o que facilita o escoamento da produção agrícola para o mercado consumidor. No total, é composto por 153 lotes rurais e área coletiva, com escola, posto de saúde e centro comunitário, entre outras instalações de uso comum.

28. Como é Morrinhos?



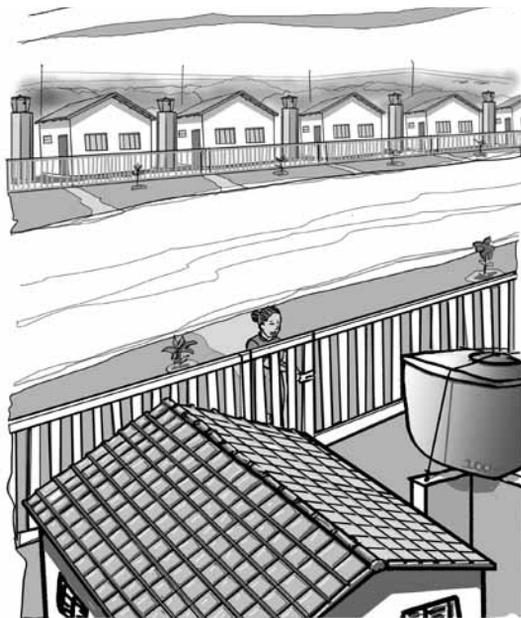
Localizado próximo ao reassentamento Santa Rita, possui 51 lotes e abriga antigos moradores das proximidades da cachoeira de Morrinhos. A atividade econômica de seus habitantes é a agricultura e a criação de pequenos animais. Do ponto de vista das atividades econômicas, se destaca pela produção de farinha de mandioca.

29. Como é Vila Nova de Teotônio?



Vila Nova de Teotônio, com 72 quintais de 2 mil m², abriga moradores da vila que existia ao lado da cachoeira de Teotônio. Na Vila Nova de Teotônio foram construídas estruturas para aproveitamento turístico, tais como: praia artificial, píer, atracadouro, trilha ecológica, centro comercial, quiosques, associação de pescadores, escola, 2 igrejas, postos de saúde e centro comunitário, sede da associação de moradores e da colônia de pescadores. Vila Nova de Teotônio também é totalmente sinalizada. Alguns de seus moradores receberam treinamento específico para trabalhar no receptivo a turistas, enquanto outros continuam trabalhando no comércio, especializados em venda de comidas típicas da região.

30. Como é Parque dos Buritis?



Parque dos Buritis está localizado no distrito de Jacy-Paraná e se constitui no bairro com melhor estrutura desse distrito, localizado a 80 quilômetros de Porto Velho. Com 176 lotes, é um núcleo urbano que possui toda infraestrutura de um condomínio residencial: água tratada, rede de esgoto, asfalto, iluminação pública, calçamento, área de lazer e igreja, entre outros. As casas de alvenaria possuem entre 70 m² e 100 m² de área construída. As atividades econômicas de seus moradores são típicas daquelas desenvolvidas nos centros urbanos da região. Os proprietários, que foram indenizados para isso, reproduziram suas áreas comerciais nos lotes residenciais e montaram restaurantes, sorveterias, salão de beleza, oficinas e outras unidades comerciais para atender a demanda do próprio bairro e da área central de Jacy Paraná.

Expediente

Esta é uma publicação da Santo Antônio Energia, concessionária responsável pela implantação e operação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio.

www.santoantonioenergia.com.br

Projeto

Diretoria de Relações Institucionais

relacoesinstitucionais@santoantonioenergia.com.br

Edição e Textos

Maria Angela Jabur

José Carlos de Sá Junior

Arte

Agência Marcher de Comunicação

agenciamarcher.com

Ilustrações

João Zoghbi, de Porto Velho

Gráfica

Premier Artes Gráficas

Distribuição gratuita para instituições de ensino, bibliotecas, entidades setoriais e órgãos públicos.



www.santoantonioenergia.com.br

Este é um projeto financiado pelo BNDES.